



ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO GESTOR DO PNSB

21 de setembro de 2022 – Paraty – Auditório APA Cairuçu

A reunião foi aberta pelo chefe do Núcleo de Gestão Integrada do ICMBio em Paraty, Anderson Nascimento, que desejou boa reunião e fez uma breve contextualização do processo, formalizado em 2017 e instruído pela Área Temática de Gestão Socioambiental do NGI a partir de 2021.

Carlos Felipe, coordenador da AT de Gestão Socioambiental, cumprimentou os trindadeiros presentes, e lembrou que, por ser uma reunião do conselho gestor, a fala dos conselheiros seria priorizada. Agradeceu à Casa de Cultura de Paraty, na pessoa do Raphael Moreira, que garantiu a estrutura necessária para a realização da reunião híbrida. Em seguida, Carlos Felipe deu início à apresentação, a partir do contexto nacional de sobreposição entre áreas protegidas e territórios de populações tradicionais. Relembrou a resistência de Trindade à especulação imobiliária, na década de 70, que garantiu a permanência do território tradicional caiçara. Mais recentemente, relembrou a realização do 1º Encontro de Justiça Socioambiental, em 2015, que discutiu a sobreposição entre áreas protegidas e territórios de populações tradicionais e o trabalho de cartografia social realizada na Trindade, em 2016, sendo este um dos subsídios para o acordo, além da recomendação do Ministério Público Federal em 2017.

A palavra foi então passada para a matriarca da família Brienza Lopes, Maria Guadalupe. Guadalupe abriu sua fala destacando a importância deste dia para ela e toda a sua família, para que possam viver em paz. Pediu licença para passar um vídeo curto, com um depoimento de seu marido, Benedicto Inácio Lopes (<https://www.youtube.com/watch?v=10Th1eO7Qo8>). Em seguida leu o seguinte texto, entremeadado por imagens que foram sendo projetadas:

*“Gostaria que minha história de vida não tivesse o tom de lamento e sim de força, para as comunidades tradicionais que moram dentro de um parque de proteção integral tenham paz em seu lugar de origem. Meu nome é Maria Guadalupe Brienza Pereira Lopes, sou viúva de Benedicto Inácio Lopes, tenho cinco filhos e uma em nossa memória. Sou moradora da Praia do Cachadaço, na comunidade da Trindade-Paraty-RJ, que a partir de 1972 virou Unidade de Conservação da Serra Bocaina, mais especificamente Parque Nacional da Serra da Bocaina. **(Foto da Praia)***

Cheguei em Trindade em 1969 quando a comunidade estava sendo invadida pela multinacional Brascan, um grupo de 228 empresas de interesse turístico e imobiliário, que coagira os Trindadeiros a vender suas terras. Meu marido já morava na Praia do Cachadaço, quando nos casamos. Costumo dizer que minha aliança de casamento foi com a luta de um território tradicional caiçara em disputa. Toda a tarde a companhia colocava uma boiada guiada por jagunços armados no Cachadaço no intuito de nos amedrontar e fazer meu marido ceder e vender o território para a Brascan. Foram tempos difíceis, porém resistimos e não vendemos nossas terras. Depois do acordo da companhia com parte da comunidade de Trindade e o embargo da luz na Praia do Cachadaço acionado por minha família, veio uma trégua. Embargando a luz, coloquei um basta nos projetos de expansão imobiliária e possíveis invasões, porém, assumi para minha família uma vida saudável, mas precária de conforto. A vida seguiu, porém, sempre escutávamos sobre a existência de um parque que só começou a aparecer de fato

quando chegou a estrada em 1999, depois de quase 30 anos de sua criação. Durante todo este período de ausência, nós, os moradores da Praia do Cachadaço, fomos os verdadeiros guardiões desse lugar: preservamos a floresta, cuidamos da coleta do lixo e trabalhamos como salva vidas nos salvamentos marítimos. Ou seja, vivemos em harmonia com o meio ambiente. E, apesar de fazer o papel do parque, tentando manter a integridade ambiental da praia, nossa família começou a sofrer com autos de infração, que começou no nosso rancho de pesca e se estendeu às nossas estruturas de sobrevivência que levam até hoje à nossa criminalização como se fôssemos destruidores de um território que preservamos para todos. Nessa guerra morreu meu marido. Começamos, então, a nos informar o que o parque representava, o que era aquele órgão e sua política. Muitas vezes, tive que deixar meus filhos em casa para ir a reuniões para entender com o que estávamos lidando e aprender a lutar pelos nossos direitos. Em 2007, nós, os caiçaras, os quilombolas e os indígenas, nos organizamos e fundamos o Fórum de Comunidades Tradicionais e, em 2015, através dele, organizamos o Encontro de Justiça Socioambiental. **(Foto Fórum de Comunidades Tradicionais)**

Nesse encontro, o Fórum conseguiu apresentar a sua luta ao Ministério Público Federal e abrir um canal de diálogo mais efetivo. A partir disso, junto com o fórum, trabalhamos a Cartografia Social de Trindade, que deu suporte para a Recomendação do Ministério Público Federal em 2017, para que o ICMBio garantisse a permanência das famílias caiçaras e a pesca artesanal no Cachadaço. Paralelo a esse processo, o próprio entendimento dos gestores do parque se alterou. A relação entre nossa família e eles passou a ser menos combativa. A possibilidade de permanecermos nesse território tradicional passou a ser considerada nosso direito reconhecido. **(Foto Cartografia)**

Esta parceria compartilhada é muito importante para minha família, para que possamos caminhar passo a passo, no intuito de ter os nossos direitos garantidos e mantermos a integridade ambiental de nosso território tradicional”.

(Vídeo de 3,05 minutos)

A palavra foi em seguida passada para Jacira Brienza Lopes, que também leu o seguinte texto, também acompanhado por imagens que foram sendo projetadas:

“Boa tarde, meu nome é Jacira, sou filha de Benedicto Ignácio e Maria Guadalupe, moro há 32 na praia do Cachadaço, e hoje é um dia muito importante e feliz para nossa família. Depois de muita luta e resistência, finalmente estamos apresentando para a sociedade civil este instrumento jurídico chamado Termo de Compromisso. Sou a filha caçula de 6 irmãos e sou graduada em Direito. Busquei essa formação para que pudesse defender e entender todo o processo social e jurídico em que minha família foi inserida ao longo desses anos. Vou apresentar para vocês, conselheiros, o que desenvolvemos hoje em nossa terra. Mesmo com todas as limitações impostas pelo Parque, através de muita luta conseguimos exercer e deixar registrada a nossa cultura caiçara na praia do Cachadaço.

(Foto Cerco) Tudo começa com o mar. Meus irmãos possuem o cerco flutuante na baía do Cachadaço. A pesca sempre foi a base da nossa família. É de lá que eles pegam o pescado que é levado até o restaurante familiar Casa Caiçara - Benedicto Ignácio Lopes. Leva o nome de nosso pai que foi um grande cozinheiro, nos passou os ensinamentos da cozinha e, assim, eu, cozinheira, Indiara e Lira, minhas irmãs, também cozinheiras, seguimos seus caminhos.

(Foto quintal) Em nossa família, tudo foi dividido assim, o mar, a pesca e os conhecimentos náuticos ficaram com os meninos, Noé e Lucas, e a parte da casa, comida e desenvolvimento do quintal ficou com as meninas.

(Foto restaurante) *Através do restaurante conseguimos custear nossas vidas, nossos estudos e começar a pensar no futuro. Ele é um importante suporte a todos que frequentam a praia. Doamos, inclusive, a alimentação dos bombeiros salva-vidas há mais de 10 anos, apoiando a presença deles na praia e garantindo a manutenção do seu importante trabalho.*

(Foto resgate) *Mas, ainda assim, meus irmãos, participam efetivamente do salvamento e resgate dos banhistas.*

(Foto coleta) *A praia do Cachadaço não possui lixeiras e tampouco coleta de lixo, por causa do acesso que é somente por barco, ou trilha. Através da Educação Ambiental e orientação aos turistas, aplicamos a política “leve seu lixo” e, com isso, conseguimos diminuir o descarte de lixo na praia e na trilha. E quando se faz necessário, realizamos mutirão de limpeza.*

(Foto 1%) *A presença de nossa família é totalmente compatível com o meio ambiente. Como já falamos, preservamos este território desde as gerações passadas. Temos a constatação de que a taxa de ocupação não chega a 1% de nossa área total através do laudo técnico feito pelo próprio ICMBio em 2013. Ou seja, **O que nós queremos para o futuro:***

- **Ampliar o TBC** – com atividades compatíveis com o Parque;
- **Permanecer no território** - Garantia de permanência para nossa geração e as próximas, assegurando a integridade cultural e ambiental do território. E colaborando para que os turistas que cheguem em nosso lar, entendam porque Paraty recebeu o título de Patrimônio Mundial: Cultura e Biodiversidade, da UNESCO – pela manutenção da cultura caíçara viva;
- **Meio ambiente saudável** - conciliado com a permanência humana da comunidade tradicional.

E que o nosso processo de garantia de permanência no território tradicional ajude outras famílias que estão na mesma situação”

Após as manifestações de Guadalupe e Jacira, Carlos Felipe retomou a fala, apresentando as etapas previstas na Instrução Normativa ICMBio nº 26/2002 para a elaboração de Termos de Compromisso e, por fim, os termos do acordo. Em seguida a palavra foi passada para os conselheiros presentes.

Neiva, conselheira da AMOT, lembrou o processo de desocupação da Praia do Meio promovido pelo ICMBio, com a retirada dos bares, restaurantes, muitos de pessoas do local. Considerou que a população caíçara foi desqualificada nesse processo. Falou também do processo contra a D. Dolores, que não foi enquadrada como população tradicional. Este ano Trindade comemora 40 anos de luta contra a Companhia. Depois da Companhia, a chegada do Parque foi um segundo trauma. Pessoas que ali estavam foram tratadas como invasoras, como criminosas. O direito ainda não é igualitário. Reconhece o direito da Guadalupe, da ABAT, mas outros atores ainda não tiveram seu direito atendido. Tem coisas que precisam ser resolvidas. Muitos que saíram da praia do meio foram para a praça Dão. Quando os mecanismos não funcionam, quando a justiça não age, gera violência. Hoje considera necessário um cadastramento da população tradicional. Sugeriu a criação de um memorial. O dano causado não pode ser esquecido e deve ser reparado.

César, conselheiro da Associação de Produtores Orgânicos de Paraty, agradeceu a equipe do ICMBio. “Até que enfim o parque tirou o salto alto!” Lembrou que considera que o invasor é o Parque. Lembrou também como se assustou quando chegaram com tanta polícia na Trindade. Afirmou que vem acompanhando o Conselho desde 2016. Falou de uma cartilha que começou a ser feita e não chegou a ser distribuída, voltada para os moradores

do Parque. “Não são somente essas famílias do Cachadaço, não é só na Trindade. O PNSB precisa ter respeito por essas pessoas.”

Vagno Martins, conselheiro e integrante da Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária agradeceu à família de Guadalupe pela sua resistência naquela praia. Recordou partilhas da rede Nhanderekode TBC realizadas na praia do Cachadaço, vivências dos roteiros das comunidades. Parabenizou também o ICMBio. Considerou difícil toda a reparação. Falou da resistência também da comunidade de São Gonçalo para garantir a praia pública. Em São Gonçalinho, por exemplo, a comunidade deixou a praia. Falou da recente caminhada de reconhecimento do circuito das cachoeiras de São Gonçalo, parceria da comunidade com o ICMBio. São avanços. Parece que um TC é pouco, mas não. O TAUS na Ilha do Pelado, na APA Cairuçu, por exemplo, foi o primeiro no estado do Rio de Janeiro. Lembrou que nesse mesmo auditório já tivemos a representação do MPF com outro posicionamento em relação às comunidades tradicionais. Reforçou que “nós, caiçaras, temos que estar onde queremos estar. É preciso um equilíbrio da gestão ambiental com as comunidades tradicionais. E a gestão das UCs tem se colocado do lado das comunidades”. Citou os Projetos FUNBio em andamento com várias comunidades da APA Cairuçu.

Santiago, caiçara de Ubatuba e conselheiro do Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT, participando online, parabenizou a comunidade da Trindade e a família da Guadalupe. Lembrou que na época da invasão pela Companhia, muita gente da Trindade foi morar em Ubatuba. “Os parques que se sobrepõem, não as comunidades”. Recordou que passaram gestões não favoráveis às comunidades, que temos avanços, mas temos muito mais a avançar. “Importante o esforço de diálogo do ICMBio, mas as gestões mudam. Que não fique solto. Instalar esse instrumento para mais famílias, fortalecer esses instrumentos. Que inspire outros acordos, para que se garantam os direitos. Não temos o mesmo marco legal que indígenas e quilombolas. Com união conseguiremos reverter esse racismo ambiental”.

Anderson Nascimento, presidente do Conselho e chefe do ICMBio em Paraty, afirmou que fica tão envolvido com as questões que, às vezes, se expressa de forma muito mecânica, institucional, deixando de lado o emocional, que também está presente. Afirmou que o ICMBio é uma instituição de excelência na conservação da natureza e vem evoluindo. Que em 2012 foi criada a Instrução Normativa que regulamenta os Termos de Compromisso e, no território, com o NGI, isso começou a ser mais implementado em 2020. Enfatizou que isto já está sendo implementado institucionalmente, independentemente do gestor, que é um amadurecimento institucional. Referiu-se à fala da conselheira Neiva, reconhecendo sua legitimidade. Arguiu que o ICMBio atua nos direitos coletivos e difusos, calcado no artigo 225 da Constituição, mas não descuida dos direitos individuais. Esclareceu que, no caso da Trindade, foram identificadas três famílias sujeitas do direito de permanência no Parque e cada TC tem que ser respaldado por uma contextualização da realidade, como nos estudos que foram realizados. Considerou que o Parque tem em vista os usos públicos previstos e o TC é o instrumento para compatibilizar os interesses, e o ICMBio como um todo vem tomando decisões com um propósito que é a convergência com os propósitos da família reconhecida nos estudos. Considerou que o TC é um instrumento pertinente a situações específicas como a da família de Guadalupe, mas que, para outras populações, os instrumentos podem ser outros, como o TBC. Referindo-se à fala de do conselheiro César, concordou que neste contexto é importante, sim, fazer um cadastro dos moradores tradicionais, mas em cada comunidade podem ser utilizados instrumentos diferentes, mais adequados a cada situação. Citou o exemplo de Camburi, onde parece mais apropriado um TAC.

Pedro, conselheiro e vice presidente da ABAT, agradeceu o Termo de Compromisso. Registrou que hoje a ABAT não tem garantia de permanecer no território. Afirmou que dá muito valor ao TC, que precisa também ser feito

com a família da dona Marta e da D. Dolores. Disse que cobra, reclama, briga, que o caçara não quer destruir a natureza e este dia será um marco, para fazer o TC com as outras famílias.

Leo, presidente da ABAT, participando online, complementou a fala de Pedro pela ABAT. Disse que todos reconhecem o direito das famílias do Cachadaço. “A Lupe sempre esteve na luta, é justo o TC dela sair na frente. A parte mais conservada do parque é a praia do Cachadaço. A família da D. Dolores não pode ficar de fora. Mas não podemos colocar todos no mesmo balaio. O momento é histórico, abre um precedente. A formalização da ABAT é frágil, o TC da Guadalupe é animador. Nem todos têm condição de acompanhar os processos. Parabéns para o Café, para o Anderson. É desta forma que as coisas vão melhorando”.

Paula Calegário, conselheira pela Coordenação Nacional Caçara, disse que está feliz com o instrumento de reconhecimento e por não ter um tempo, uma vigência. E que espera que dê tranquilidade não só para os netos da Guadalupe, mas também para os bisnetos.

Thatiana Lourival, conselheira representante do Observatório de Território Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina – OTSS-Fiocruz, parabenizou todos os envolvidos no TC. “Traz um alívio grande, regulariza como a família vai lidar com o parque”. Ela acompanhou os processos criminais da família. “É muito ruim viver com um processo criminal”. Aproveitou para informar que o FCT havia entrado como *amicus curiae* no processo judicial da D. Dolores.

Dra Fabiana Schineider, procuradora do MPF presente online na reunião, se apresentou, falando um pouco sobre sua trajetória de atuação até chegar à Procuradoria da República em Angra dos Reis. Lembrou que o TC não é definitivo, mas já traz alguma segurança. Parabenizou a família e o ICMBio. Informou que acompanhou a construção do TC entre ICMBio e comunidade quilombola da REBIO Trombetas, no Pará. “Os processos são longos até a formalização. Considerando a Recomendação de 2017 do MPF, até que foi rápido.” Ela acompanhou o trabalho dos procuradores Felipe Bogado e Cristina Melo, que a antecederam no MPF de Angra dos Reis, sendo esta última, responsável pela Recomendação. Declarou ter se emocionado com as histórias que escutou hoje aqui, saber da história de resistência de cada um. Informou também que está na 36ª semana de gravidez, que sairá em breve de licença maternidade, mas que estará acompanhando alguns processos, mesmo durante a licença. Reconheceu uma sequência ruim de ausências na procuradoria do MPF em Angra dos Reis. Considerou que o principal ponto é a participação da comunidade, é o que faz a diferença, e a reunião de hoje atesta esta participação. Perguntou como está a receptividade aos Termos de Compromisso em Brasília, se há a previsão de novos instrumentos de gestão e se a previsão de crescimento da comunidade está contemplada no acordo. Colocou-se à disposição e estará de retorno da licença maternidade em abril. Afirmou que durante a licença maternidade acompanhará alguns processos especialmente escolhidos e um deles será o TC do Cachadaço.

Carlos Felipe informou para a procuradora os avanços do ICMBio na agenda dos TCs, citando o parecer nº 00175/2021/CPAR/PFE-ICMBIO/PGF/AGU que reavalia a transitoriedade dos TCs. Afirmou que enxerga um ambiente favorável em Brasília para a aprovação do acordo, mas nunca é demais um reforço. O objetivo agora é implementar esses instrumentos no PNSB nas demais comunidades.

Maria Betânia, antropóloga do MPF, colocou-se à disposição para continuar colaborando como já o fez em diversos momentos.

Caio, advogado da família, abordou a questão da sobreposição de direitos, elogiou o estado de igualdade do ICMBio ao longo das discussões de construção do acordo, a possibilidade de convivência em paz.

Seu Milton, filho da D. Dolores, mencionada várias vezes ao longo da reunião, deu o seguinte depoimento: seu pai faleceu há 9 anos. Ele guarda mágoa do Thiago e do Francisco, analista ambiental e antigo chefe do PNSB, respectivamente. Sua família está na Praia do Meio e Cachoeira desde o seu bisavô. Ele tem 66 anos, sempre trabalhou com pesca, mas, com a chegada do turismo na década de 90, também começou a trabalhar com turismo. “O Parque nunca chegou lá. Em 2010, o chefe do Parque pediu um relatório, de quantas barracas cabiam no camping que a família mantinha. Esse relatório foi feito e as famílias da Guadalupe e dona Marta também têm. Um ano depois veio o ‘lacramento’ do camping. A última multa foi do padrão de luz.” Afirmou que eles lutaram contra a companhia, o ICMBio chegou já multando. “Tem que ter um reconhecimento. Thiago falava que minha mãe invadiu terra, mas a gente não vendeu terra para a companhia, queria que vocês reconhecessem...”

Nilton, conselheiro da Associação de Moradores e Produtores Rurais de São Roque, disse que espera que esse diálogo com o ICMBio prossiga, são muitas comunidades no Parque Nacional. As comunidades são patrimônio. Também passou por multa. “Precisa ter um relatório das pessoas que estão dentro do Parque, saber o direito das pessoas”. Está satisfeito.

Érica Silva, moradora da Trindade, que tinha acabado de entrar online na reunião tomou a palavra, voltando ao assunto sobre a praia do meio, dizendo que sofreu muito nesse processo de retirada dos bares da Praia do Meio. Acusou as famílias do Cachadaço de não permitirem acesso a cachoeira de lá, que eles podem morar lá mas não são donos do lugar. Acrescentou que o ICMBio não toma conta do Parque.

Onildo da Apresentação, filho de D. Marta e Sr. Jacob, também moradores do Cachadaço explicou que a cachoeira do Cachadaço é um riacho pequeno, que as pessoas estavam usando como banheiro e que por isso eles proibiram sim esse uso, pois é a água usada pelas famílias do Cachadaço.

Noé, filho de Guadalupe e beneficiário do Termo de Compromisso, afirmou que seu pai resistiu e não vendeu o território que ocupava. Que se viu cercado de jagunços armados e viu os outros venderem suas áreas. Disse que o Parque “chegou” em 2007. Quando tinha dezoito anos morava numa barraca, resistindo à pressão da Companhia. Que não caíram lá de para-quedas. Que fez a sua casa onde sempre viveu e foi multado em vinte e cinco mil reais. Que seu pai morreu como criminoso ambiental e sua mãe respondeu como criminosa ambiental. Concluiu dizendo: “O pessoal dos restaurantes, que foram expulsos, acha que não é nosso direito, mas é sim.”

Carlos Felipe, do ICMBio, solicitou a apresentação da moção deliberada na reunião de agosto, realizada em Cunha, para posterior redação e aprovação na presente reunião.

A conselheira Thatiana procedeu à leitura da proposta de Moção 001/2022, que foi aprovada por aclamação e segue em anexo

Anderson Nascimento registrou que o Termo de Compromisso aprovado demonstra que esse tipo de prática já está internalizado no ICMBio e as populações tradicionais já são objeto de olhar diferenciado, inclusive na área temática de proteção, a quem compete as ações de fiscalização. Asseverou que a moção aprovada vem a ser uma afirmação disto, que já é uma realidade. Agradeceu a todos os presentes, afirmando que este é um espaço de pluralidade e é preciso saber conviver com críticas e o contraditório. Agradeceu em especial à Associação de Moradores de Trindade-AMOT, asseverando que a história do ICMBio em Trindade é muito imbricada com ela e que se procura fazer a gestão do território em conjunto.

Guadalupe, por fim, encerrou sua participação na reunião agradecendo nominalmente a Betânia, perita antropóloga do MPF, Anna Cecília, apoiadora da sua luta há trinta anos, e Carlos Felipe, do ICMBio, pelo empenho na construção do Termo de Compromisso.

Já passando das 17 horas, encaminhou-se por aclamação a manifestação positiva do Conselho a respeito do Termo de Compromisso com a família Brienza Lopes. Com exceção de Neiva, da AMOT, que se absteve, todos os demais foram favoráveis ao TC.

Lista de Presença participação on-line:

1. Leo Trindade – Conselheiro ABAT
2. Fabiana Schneider – MPF - Procuradoria da República em Angra dos Reis
3. Maria Betania Guerra – Assessora MPF
4. Santiago Bernardes – Conselheiro do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba
5. Nelson Ferreira Júnior – Conselheiro da UFRJ
6. Vagno Martins – Conselheiro da Rede Nhanderekó
7. Eliane Viana – Conselheira da Associação de Produtores Rurais do Vale do Mambucaba
8. Herica Vieira Gomes Carioca
9. Hellendiana Souza
10. Joyce Santi
11. Eliana Oliveira da Apresentação
12. Sérgio – Conselheiro SEDUR – Prefeitura Municipal de Paraty
13. Pérola Rosa
14. Sérgio Barbosa Lutz – Conselheiro do Mosaico de RPPNs de São José do Barreiro
15. Edmar Honório
16. Erica Silva